



Anais da Assembléia

N.º 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, David Cherigate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cyro Martins, Darcy Deitos, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Renato Bueno, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Renato Bernardi. (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 40/81, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e que visa autorizar a realização de plebiscito para a criação do Município de Pranchita.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA AUGUSTA CARNEIRO LOPES, ocorrido no dia 12 de setembro do corrente, na Cidade de Castro.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Helena de Quadros, ocorrido dia 2 p.p., em Campo Largo.

Requer, outrossim, aprovado este, seja comunicada a família enlutada da decisão da Casa, na pessoa do Sr. Áureo de Quadros.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EDINOR DE CASTRO, ocorrido em data de 08.09.81, na Cidade de Londrina-Pr.

Vítima de doença, veio a falecer em Londrina, onde se encontrava internado. Seu corpo foi levado para a Cidade de Tapejara-Pr, onde residem os seus familiares, deixando tanto a sociedade local consternada, como a comunidade de Mundo Novo-Mt, onde residia ultimamente e exercia o magistério.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento do presente à família enlutada, na Cidade de TAPEJARA-PR.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da professora REGINA MARIA MOREIRA.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do passamento da Doutora REGINA MARIA MOREIRA, eminente engenheira florestal e professora da nossa UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, cargos que ocupava ao tempo de seu falecimento, prematuro aos vinte e oito anos de idade, início de brilhante e promissora carreira.

A doutora REGINA MARIA MOREIRA, que ora não se encontra mais em nosso convívio, foi pessoa valorosa, lutadora e esforçada. Abnegada professora, amiga de cada um de seus alunos, e no exercício de sua profissão de engenheira, preocupada com a Ecologia de nosso País.

Sendo assim, solicitamos a consignação de um voto de pesar à família e à Universidade Federal do Paraná, com respeitosos pêsames.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO GUERREIRO, ocorrido aos quatro dias do mês corrente, do ano em curso, na Cidade de São Pedro do Paraná.

Que se dê ciência à família enlutada, através da Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Entendo como dever deste Poder, associar-se às manifestações de pesar, dirigidas à família Guerreiro, de São Pedro do Paraná, pela perda de seu tronco maior, o extinto Sr. JOÃO GUERREIRO.

Antigo morador daquele município, pai de Valdemar Guerreiro, ex-Prefeito da localidade e sogro de José Ignácio, professor e atual diretor do Colégio Estadual daquela cidade; João Guerreiro teve uma vida pautada no trabalho, no amor ao próximo, no respeito ao bem comum, fazendo-se admirar e granjear vasto e sincero círculo de amizades.

Seu desaparecimento representa uma grande perda para sua família e para o município que ajudou a crescer.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta Capital, do Sr. MÁRIO PUDELL.

O extinto era engenheiro agrônomo, funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura e irmão do nosso amigo e companheiro, Deputado EGON PUDELL e seu desaparecimento é lamentado pelos amigos e familiares entre os quais gozava de grande carinho e admiração.

Requer-se ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de seu irmão, Deputado Egon Pudell.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no Município de ITAPEJARA DO OESTE, do Sr. ALBINO FRANCIOSI.

O extinto era pai do nosso companheiro Vice-Prefeito de Itapejara do Oeste, Sr. Sérgio Franciosi, e seu desaparecimento é lamentado por familiares e amigos do Município de Itapejara do Oeste, onde o mesmo gozava de grande admiração.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa do Sr. Sérgio Franciosi, vice-Prefeito e do Sr. Valfredo Franciosi, comerciante e residentes no Município de Itapejara do Oeste.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento ocorrido em 10/09/81, no Município de Rio Branco do Sul, do Senhor VALDOMIRO PINTO DE SOUZA.

O extinto foi ex-Vereador de Rio Branco do Sul, e gozava de grande estima na região.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora MARIA DE JESUS COSTA DE MORAES SOUZA.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos regimentais, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Castagnoli, ocorrido dia 10 pp., na Cidade de Campo Largo.

Requer, outrossim, se aprovado este, seja comunicada a decisão da Casa aos familiares do mesmo, na pessoa do Sr. Atílio Castagnoli.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Schiavon, ocorrido dia 10 de setembro do corrente ano, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, se aprovado o mesmo, requer seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora Olívia Gionedis Schiavon.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à Associação Comercial de Pato Branco, pela inauguração de sua sede própria onde irá funcionar o Escritório Regional da Secretaria da Indústria e do Comércio, cuja função precípua será auxiliar os empresários da região, dentro das diretrizes do Governo Ney Braga.

Na impossibilidade de estar presente àquela solenidade, creio seja justo que se associe, nesta, a alegria de Pato Branco, e também as homenagens prestadas aos mais antigos empresários daquela cidade, como o Sr. PEDRO BORTOT, além de outros.

Requer-se, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao Sr. Presidente da Associação Comercial de Pato Branco, Sr. Clóvis Paduan, idealizador e realizador da obra.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, solicita que seja dada preferência para votação, nos termos do Art. 130 e demais do Regimento Interno, ao requerimento do Deputado Deni Schwartz, que pede a presença do Secretário da Educação para explicar os problemas do magistério paranaense, presentemente em greve.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação, nos termos do Art. 20 da Constituição do Estado do Paraná, do Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE DOUZA, M.D. Secretário da Educação, para esclarecer assuntos relacionados com a situação do magistério paranaense e suas reivindicações, bem como, do atendimento feito até o presente pelo Executivo Estadual.

Requer, outrossim, gestione a Mesa para que tal comparecimento seja feito com a máxima urgência face à paralisação das aulas em muitos estabelecimentos de ensino.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todo o Paraná que os órgãos representantes do magistério de nosso Estado, após Assembléia Geral realizada em 23/8/81, resolveram paralisar as aulas a partir de 14/09/81.

Tal paralisação, alegam aqueles órgãos de classe, se faz necessário face ao não cumprimento por parte do Executivo de promessas que teriam sido feitas ao magistério.

De outra parte, o Sr. Secretário em declarações à imprensa procura demonstrar que o Governo dentro das possibilidades estaria atendendo à classe.

Nesse confronto de informações é que pretendemos inserir a ação da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a data de 13 de outubro vindouro, a Sessão Solene para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. MARCOS AUGUSTO ENRIETTI, concedido pela Lei n.º 7.422, de 21/12/80.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo Senhor Oswaldo Roberto Colin, Presidente do Banco do Brasil S.A., encarecendo a instalação de uma Agência daquele conceituado estabelecimento bancário, na Cidade de Iretama-PR.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Além de sabermos de sobejo a necessidade da instalação da Agência bancária, à guisa de justificativa, anexamos a exposição de motivos elaborada pela Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. (COAMO) — de Campo Mourão que mantém um entreposto na Cidade de Iretama. Exposição esta que a nós foi enviada pelo presidente da citada Cooperativa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que sejam solicitadas à SANEPAR urgentes providências para o reparo da rede de esgotos na Cidade de Umuarama, em estado de calamidade pública, e foco de moléstias e epidemias.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR, em convênio com a Prefeitura local, iniciou obras de construção da rede de esgotos na Cidade de Umuarama.

Deixou, contudo, o serviço pela metade, pois não cogitou da construção da necessária estação de tratamento de dejetos humanos.

Por não ter outra alternativa, a população está lançando esgotos nas galerias pluviais da cidade, com resultados altamente negativos.

Verificamos, em primeiro lugar, a exalação de fortíssimo mau cheiro em todo o quadro urbano. E o pior, em segundo lugar, é que, diante da calamitosa situação, há proliferação de mosquitos, que poderão ser transmissores de moléstias diversas vezes, em caráter epidêmico.

Esses males poderão ser controlados e anulados, desde que a SANEPAR, em atenção ao nosso apelo, execute, de imediato, as obras de construção da estação de tratamento de esgotos e de complementação da respectiva rede.

Por ser constitucional, e por ir ao encontro dos interesses de progressista comunidade, confiamos na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro do Interior, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, Presidente do Senado e Presidente da Câmara Federal, nos seguintes termos:

Assembléia Legislativa Paraná vg por proposta Deputado Edilson Alencar vg reconhecendo vg territorio qualquer risco ah soberania et ah integridade fisica territorio nacional como decorrença eleição Prefeito através voto direto e secreto vg dirige caloroso apelo Vossência sentido exclusão todos municípios paranaenses vg inclusive o de Curitiba, Guaira e Foz do Iguaçu vg de área considerada de interesse de Segurança Nacional vg pondo-se fim ao injusto et antidemocratico critério de nomeação de prefeitos quase sempre estranhos aos municípios aonde deverao servir pt Cordiais Saudações.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos com muita tristeza, notícia na imprensa de Londrina, de que o Serviço de Comunicações Telefônicas — SERCOMTEL — foi transformado em sociedade anônima.

É um assunto que nós já abordamos nesta tribuna, o ano passado, quando nós sentimos um movimento do Prefeito Municipal de Londrina, no sentido de entregar o SERCOMTEL para a TELEBRÁS.

E a transformação do SERCOMTEL em sociedade anônima será o primeiro passo para uma encampação branca por parte da TELEBRÁS. A transformação em S.A., é uma forma política da TELEBRÁS assumir o controle majoritário da empresa, e isso fica evidenciado, ir ocorrendo à medida em que as redes sejam ampliadas.

Com o aumento de capital, pelos investimentos a TELEBRÁS irá assumindo o controle acionário.

Somente aqueles que não enxergam ou que usam de má-fé, podem dizer o contrário. O SERCOMTEL é fruto do esforço da comunidade londrinense, e os londrinenses

têm um profundo orgulho do SERCOMTEL, porque a prestação de serviços do SERCOMTEL é impecável e é um exemplo para o Brasil.

Entregá-lo de mãos beijadas para a TELEBRÁS é um ato de traição que a população não perdoará.

Já estamos obtendo maiores dados, e voltaremos a esta tribuna, Sr. Presidente, para exigir daqueles que fizeram mais esta negociata em Londrina, que é a capital mundial não só do café, mas, também, das negociatas escusas, vamos exigir do Sr. Prefeito Antônio Belinati, explicações convincentes com relação à transformação da SERCOMTEL em sociedade anônima.

Não bastam dezenas de negociatas envolvendo concorrências públicas, compras de terrenos para construção de casas populares, agora o Sr. Prefeito quer entregar, não sabemos de que forma, o SERCOMTEL à TELEBRÁS.

Mas, a população londrinense está mobilizada para defender o patrimônio que é o serviço de comunicações telefônicas em Londrina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos registrar neste momento, com satisfação, o trabalho desenvolvido neste primeiro semestre, pela Secretaria de Estado do Planejamento, sem dúvida, um dos setores de maior importância do Governo Ney Braga. Esta Pasta tem conduzido sua atuação, sob a liderança do Secretário Vilson Ribas Deconto, no sentido de fornecer a todos os setores da administração pública estadual, os parâmetros necessários à equação dos grandes problemas que o Estado vem enfrentando.

Todos são sabedores de que não apenas o Paraná é atingido pela crise econômica que, de resto, assola toda a Federação. E, além disso, tem seus problemas peculiares, como a inversão de seu perfil populacional ocorrido na década passada. Se antes o Paraná tinha 60 por cento de sua população vivendo nas zonas rurais, atualmente, esses mesmos 60 por cento estão vivendo nas cidades, gerando para o administrador uma série de novos problemas e exigências.

Diante desta problemática, a Secretaria do Planejamento se propõe a realizar um planejamento direcionado à resolução desses problemas conjunturais, que agudizam a ação governamental, tais como a geração de novos empregos, o reequipamento das cidades para absorver suas novas populações, a difusão espacial do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses.

Atento a essa problemática e à orientação do plano de governo de Ney Braga, o Secretário Vilson Deconto e sua equipe de trabalho não têm medido esforços, com o objetivo de dar uma contribuição eficaz para a definição da estratégia governamental a ser empregada nesses momentos de dificuldades para todos. Há poucos dias, só para citar uma das preocupações do Secretário do Planejamento, esteve ele em viliatura nos Ministérios do Planejamento e Transportes e também no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando aos dirigentes desses órgãos a liberação de verbas para a retomada de obras importantes para o nosso Estado.

Dentre as reivindicações apresentadas pelo Secretário Vilson Deconto, na ocasião acompanhado pelo Secretário Nivaldo Almeida, dos Transportes, em Brasília, na semana passada, destacam-se o reinício das obras das rodovias transbrasilianas, interrompidas no Paraná; a liberação de verbas para o remanejamento da malha viária dos municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu; e ainda, a definição

de recursos financeiros através da Superintendência do Desenvolvimento do Sul para a execução de obras públicas através das Prefeituras Municipais, especificamente naqueles municípios mais atingidos pelas geadas, e que tiveram grande parte da mão-de-obra empregada na lavoura liberada pela queima das plantações.

Dessa forma, com a abertura de frentes de trabalho em diferentes regiões do Estado, estaria equacionado, pelo menos em parte, o problema do desemprego em nosso meio. Milhares de trabalhadores, hoje, vivendo sérias dificuldades para sustentar suas famílias, encontrariam ocupação, minimizando um problema social que o Estado já vem vivenciando há alguns anos.

Também neste primeiro semestre, a Secretaria do Planejamento ultimou os preparativos para o lançamento oficial do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Trabalhador Rural (PRO-RURAL), que até o final deste ano já deverá estar em pleno funcionamento. Na verdade, a última reunião formal da Coordenação Executiva do PRO-RURAL (CODEPRO) foi realizada a alguns dias, no Palácio Iguazu, oportunidade em que o Governador Ney Braga pediu o máximo empenho aos titulares das Secretarias de Estado envolvidas no projeto, para que o mesmo comece efetivamente a ser executado dentro dos prazos estipulados.

Outro projeto entregue para execução pela Secretaria do Planejamento foi o METRONOR — Metrópole Linear do Norte, cujas obras de duplicação do trecho Londrina-Maringá devem ter início ainda este ano.

Para tanto, o Governador Ney Braga já mandou instalar um escritório técnico na Cidade de Apucarana, devendo ocorrer em breve o lançamento das primeiras concorrências públicas para a execução das obras rodoviárias.

Além disso, a Secretaria, mediante a atuação de sua Coordenadoria de Modernização Administrativa, prossegue com seu programa de desburocratização, que, inclusive, está servindo de modelo para outros Estados como o Maranhão, Pará e Piauí. Esse programa foi idealizado para simplificar a vida dos cidadãos que demandam os serviços prestados pelo Estado, cuja complicação anterior tanto infernizava a vida dos usuários. Hoje, as coisas estão mais fáceis: já não é uma aventura conseguir uma cédula de identidade, uma carteira de habilitação. O contribuinte já não precisa amontoar papéis para retirar um simples documento pessoal. Isso tudo representa aumento da renda pessoal real do cidadão, porque ele não tem que gastar dinheiro para conseguir essas coisas.

Hoje, a maioria dos municípios do Estado atravessa uma crise econômica sem precedentes, especialmente aqueles municípios que têm na produção agrícola sua principal fonte de receita, em função da política tributária exercida pelo Governo Federal que destina à União a maior parte da arrecadação. E o Governo do Estado vê-se compelido a administrar social e politicamente a crise financeira que lhe aflige, bem como a grande número de municípios.

As coisas não são fáceis, mas o ânimo da equipe de governo não se abate. O Governador e seus Secretários continuam trabalhando, dando exemplo a todos os paranaenses, cuja união é imprescindível nesta hora em que todos nós somos convocados a ajudar a consolidar a imagem de um Estado forte, coeso e gerador de riquezas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Esta Casa recebe, com muita satisfação nesta tarde, a visita do Deputado Ivan Espíndola de Ávila, com assento na

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que é o Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Juntamente com o ilustre visitante, compõem a Comitativa, o Pastor Dalton Saidenrics, Presidente da Associação de Pastores e Obreiros Evangélicos de Curitiba, Reverendo José Ferreira Filho, Professor da Faculdade de Medicina Evangélica do Paraná e Presidente da Comunidade Evangélica de Curitiba, Procurador Túlio Vargas, Vereador Santiago Losso.

Dizer, Sr. Presidente, do trabalho que a Sociedade Bíblica no Brasil tem desenvolvido, constitui-se em um motivo de grande júbilo, porque, efetivamente, esta entidade tem prestado relevantes serviços na edificação espiritual do nosso povo; seu trabalho tem sido levado à frente, sem qualquer espírito de sectarismo mas, sempre voltado para os objetivos maiores, que são, fazer conhecida a palavra de Deus, como norma de fé que deve ser observada, para que o indivíduo possa, já nesta vida, encontrar a verdadeira felicidade.

É com muita satisfação que cumprimentamos o ilustre Parlamentar paulista, desejando que sua presença nesta Casa e no Paraná, seja coroada de pleno êxito nos seus objetivos.

Quero dizer, ao encerrar esta minha participação - e certamente teremos oportunidade de ouvir o ilustre visitante - dizer aos nobres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que, seria motivo de grande satisfação, a presença de todos, no acontecimento que será a seguir, anunciado, eis que esta Assembléia Legislativa sempre tem demonstrado, no seu trabalho diário, o grande propósito de dedicar as suas tarefas ao bem-estar da sociedade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Diante do entendimento feito entre as Lideranças do PMDB e do PDS, esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Ivan Espíndola de Ávila, de São Paulo, e Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil, por cinco minutos.

O SR. IVAN ESPÍNDOLA DE ÁVILA — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo Srs. Deputados que integram este Poder e esta Casa.

Cabe-me, nesta hora, o privilégio de transmitir aos meus companheiros do Paraná, uma palavra de saudação fraterna dos Deputados que têm na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Estou tendo o privilégio de retornar a Curitiba, hoje, na promoção que se realiza aqui neste Estado da Exposição de Bíblias, de Livros Sagrados, no Salão Bandeirante, nesta Capital.

É uma promoção do Governo do Estado, da Secretaria da Cultura, da Sociedade Bíblica do Brasil, do Conselho de Pastores do Paraná e que tem por objetivo divulgar a obra que se realiza no Brasil e no mundo, da divulgação da Bíblia Sagrada, das Sagradas Escrituras.

É bom que se diga, Sr. Presidente, que hoje a Bíblia é conhecida e traduzida em cerca de 1.710 idiomas; é conhecida em 1.710 línguas e dialetos; é o livro mais conhecido, mais traduzido, mais divulgado em todo o mundo, e paradoxalmente é o livro mais amado e mais perseguido.

O Dr. Túlio que está fazendo parte da comitativa que visita este Poder nesta tarde, é testemunha do que será apresentado ali naquela amostra, naquela exposição, quando Bíblias raras, Bíblias preciosas, Bíblias muito antigas - um exemplar da menor Bíblia do mundo, uma Bíblia que tem o tamanho menor do que a unha do meu dedo mínimo, tudo isso se constituirá numa verdadeira atração para o povo do

Paraná.

Venho, Sr. Presidente, na qualidade de Secretário da Sociedade Bíblica do Brasil para o Estado de São Paulo e Paraná, trazer a esta Casa, a Sua Excelência, o Presidente deste Poder, aos Srs. Deputados, meus companheiros e amigos, o convite para que estejam hoje às 6:30 horas da tarde, ali no Salão Bandeirantes, gentilmente cedido, a fim de que participemos da cerimônia de abertura da grande exposição de Bíblias na Capital do Paraná, em Curitiba.

E rogo, Sr. Presidente, que as misericórdias do Senhor se derramem ricas, preciosas sobre esta Casa e que a Presidência e os Membros deste Poder, iluminados e dirigidos pelo grande arquiteto do Universo, possam alcançar todos os objetivos desta Casa, para a grandeza do Paraná e para a felicidade desta Pátria que todos nós amamos.

Sr. Presidente, receba o abraço da Assembléia Legislativa de São Paulo, receba, Sr. Presidente, recebam Srs. Deputados, nossa palavra sincera de homenagem fraterna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência agradece o convite formulado para comparecer à abertura e à exposição das Bíblias, hoje, lá no Salão Bandeirante.

Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para o Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está vivendo o Paraná no dia de hoje, novamente o problema relacionado com a educação do nosso Estado.

E parece que o problema "educação" passou a ser, nos últimos tempos, quase que uma constante nas falas desta Casa.

Já no ano passado, víamos o nosso Estado com suas aulas totalmente paralisadas durante vários dias.

Neste ano mesmo, desta tribuna, o nobre Deputado Nilso Sguarezi trazia ao conhecimento do Paraná, as irregularidades ocorridas em Palmas e da insatisfação de alunos e professores daquela cidade.

Na fronteira do Brasil com a Argentina, no Município de Pérola do Oeste, até a polícia foi necessária para impedir uma missa quando alunos, pais e professores se rebelaram pela exoneração de um diretor de um estabelecimento de ensino.

Em Mal. Cândido Rondon fatos semelhantes ocorreram.

E agora, a partir de hoje, uma nova paralisação está ocorrendo em nossa cidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos a esta tribuna, em nome do PMDB, para inclusive, talvez a partir de agora, podermos dar um novo rumo, com a ajuda de todos, a este Parlamento. Srs. Deputados, principalmente aqueles que ocuparam esta Casa na Legislatura passada, estão lembrados das árduas, estafantes discussões sobre o Estatuto do Magistério em 1977, se não me falha a memória, quando esta Casa foi chamada a examinar um projeto de lei e que, depois de inúmeros estudos, acabou sendo aprovado praticamente conforme a vontade do Executivo de então.

Srs. Deputados, eu, como outros Deputados desta Casa que pertencemos à Legislatura passada, hoje podemos nos dar, infelizmente, por satisfeitos; porque ainda na última sexta-feira, na Cidade de Cascavel, através da imprensa, o então Governador Jayme Canet Júnior confessava, de público, que infelizmente teve que aprovar um Estatuto do Magistério que realmente não preenche as necessidades do magistério. Afirmou ele que entregou esse Estatuto, que sancionou esse Estatuto, que propôs esse Estatuto, tendo em vista as condições econômicas do Estado, naquele momento. Que mais não pode fazer, que preferiu tomar aquela atitude do que não fazer nada, ou passar "a bola" para o outro Governo,

na sua própria expressão.

É o reconhecimento tácito de que nós, desta Assembléia, naquele momento, quando apresentamos emendas, quando propusemos melhorias àquele documento, quando os professores através de suas associações de classe propuseram a esta Casa também as suas emendas e reivindicações, nós estávamos trilhando o caminho certo e que erramos, nós como Assembléia Legislativa, ao nos curvamos aos interesses do Executivo.

Mas as deficiências do Estatuto do Magistério não param aí e na voz do ex-Governador. Em nome de meu partido participei, durante dois dias, de um debate entre as autoridades do Governo e professores através de suas associações e, para surpresa minha, ouvi do próprio Sr. Secretário - que o Estatuto também não condiz com as necessidades da educação paranaense.

Apontava, inclusive uma, que foi objeto na oportunidade, de longos debates nesta Casa, madrugada a dentro, o problema de número de horas-aula, por semana. E que inclusive o atual Governo estaria a estudar a sua reformulação. Isto demonstra, novamente, que caminhávamos certos, quando pedíamos e fomos derrotados nesta Casa, que aquele problema fosse sanado naquela oportunidade. E como se encontra o problema hoje. Muitos dos paranaenses, sem terem seus filhos nas salas de aula.

As organizações dos próprios estudantes, protestando contra a péssima qualidade de ensino, que os nossos alunos estão tendo. De uma parte, este é o quadro que temos aí. De outra parte, a Secretaria das Finanças deste Estado, admitindo simples e puramente, a falência do Estado do Paraná. E se apenas a afirmação deste Deputado não servir, basta correremos os olhos em dados da própria Secretaria das Finanças, e compararmos, que admite que entre 1976 para 1980, a arrecadação de ICM do Paraná, que era em 1976, 99 por cento do que arrecadava o Estado do Rio Grande do Sul; em 1980, atingiu apenas 74 por cento.

Estamos, Srs. Deputados, com um Estado falindo, e falindo em termos absolutos. E falindo em termos absoluto porque estou a compará-lo com arrecadações de ICM de Estados da própria Região Sul.

Vamos compará-lo com o Estado de Santa Catarina; em 1976, o Paraná arrecadava 274 por cento do que arrecadava o Estado de Santa Catarina; em 1980 arrecadamos apenas 176 por cento do que arrecadava o Estado de Santa Catarina. E estamos mais pobres, do que o Rio Grande e estamos mais pobres que Santa Catarina. E esses dados nos foram oferecidos, oficialmente, pela Secretaria das Finanças do Estado do Paraná e eu tenho em mãos, para os Deputados que pretenderem conhecê-los.

É por isso, Srs. Deputados, que nos alarma o futuro do Estado quando a Secretaria das Finanças, numa excelente explanação sobre a situação do Paraná - excelente em termos de explanação, mas infelizmente péssima em termos de projeção para o futuro, nos alerta para o seguinte: de 83 a 87, por exemplo, o Paraná não disporá de um centavo para qualquer investimento. Não disporá de qualquer centavo para investir em obras públicas; e terá de se socorrer no mercado internacional, ou no mercado nacional de empréstimos.

Vejam os senhores. De 83 a 87, exatamente, num País que se encontra com problemas, com dificuldades tremendas na sua balança de pagamentos, o nosso Estado terá de se socorrer a novos empréstimos, se até lá nós conseguirmos esses empréstimos.

Os dados também são da Secretaria das Finanças.

O Sr. Airton Cordeiro - Peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ - Um momento.

Por isso, Srs. Deputados, quando mais um movimento de paralisação de aulas ocorre no Paraná, o PMDB não poderia deixar de se manifestar.

E, Srs. Deputados, queremos deixar bem claro - não estamos nesta tribuna, neste momento, para dizer com quem estão as razões. Tenho em mãos, Srs. Deputados, as razões alegadas pelos órgãos da classe dos professores, como tenho em mãos e como assisti pessoalmente as razões alegadas pelo Governo do Estado.

Mas, neste choque de informações, nós, com toda sinceridade, ficamos a nos perguntar: por que a Assembléia Legislativa do nosso Estado parece um corpo estranho nesta discussão entre uma classe e o próprio Governo?

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Ilustre Deputado Deni Schwartz, eu me permito indagar de Vossa Excelência se é de seu conhecimento o rol de providências que o Governo do Estado adotou, a partir de março de 1979, para atender às reivindicações do magistério?

Faço esta pergunta, porque tenho este levantamento. É evidente que, se Vossa Excelência souber quais são as providências, eu me dispensio de prestar estas informações.

O SR. DENI SCHWARTZ - Deputado Airton Cordeiro, como disse durante o meu pronunciamento, tenho em mãos, não como Deputado, mas como esposo de professora, porque aos professores foi dado conhecimento disso, mais como uma defesa do Governo para que não saísse a greve - o que me parece uma tática errada - tenho em mãos exatamente todas as providências que o Governo de 1979 para cá, tem tomado, com relação aos professores, e me alarmo, porque o número delas realmente não é pequeno.

Mas, o que me alarma, Sr. Deputado, é saber que, apesar de todas essas providências, eu também tenho de vir a esta Casa, e esta Casa, inclusive, já está sendo questionada aí fora, porque, sob ameaça - e aí está o perigo - sob ameaça o Governo correu a mandar duas mensagens a esta Casa, que, inclusive o nobre Líder do PDS solicitou urgência para a tramitação como que a impedir esta greve.

Mas, o mais sério ainda, Srs. Deputados, o mais sério é que no dia 1º de setembro deste ano, após uma passeata de aposentados na nossa cidade, o Governo mandou uma mensagem a esta Casa, que deve estar recebendo hoje, porque desde o dia 10 esta Casa não funciona, para resolver o problema dos aposentados.

Está aqui, quatro dias antes da eclosão do movimento. E isto, para nós, é altamente perigoso, porque sob pressão se cede, e se estará cedendo corretamente?

Terão razão aqueles que estão reivindicando?

É neste particular que acho que a Assembléia Legislativa do nosso Estado tem que tomar pé, porque também o Governo, no meu ponto de vista, está errado.

Porque, a conta-gotas, está dando as coisas pedidas. Se podia dar antes do dia 10 de setembro, por que os professores estão reivindicando há tanto tempo, por que não o fez?

Por isso, Deputado Airton Cordeiro, não estamos aqui, não viemos aqui, hoje, como uma bancada de Oposição, mas digamos assim até rimando, como uma Bancada em preocupação, porque, de fato, este Brasil está explodindo, são as invasões de terras dentro das cidades como tivemos recentemente no Rio de Janeiro e em São Paulo; são os problemas da Salvador.

E a semana que vem, em Belo Horizonte, porque o assalariado não pode dispender 20, 22 por cento de seu salário, em condução.

E onde estão os Parlamentos, neste momento? Para que não vejamos como diz a revista "Quem" desta semana, de que

“os políticos vão a reboque dos movimentos sociais”, é que viemos à tribuna, em nome do nosso Partido, para requerer, inclusive — e aí vamos pedir a compreensão dos ilustres Deputados do PDS, vamos requer a convocação do Sr. Secretário, porque ele não tem, acredito, nada a esconder, para vir, não como ele mandou esta mensagem aos professores, mas aos Parlamentares: vamos ouvir as associações de classe, dos professores, e vamos com bom senso, porque também não interessa ao PMDB defender apenas um lado que pode não ser o lado certo. Parece-nos que aí esteja o marco inicial da recuperação do prestígio desta Casa. O PMDB não está à frente de movimento paredista algum. Como é uma balela os nossos governantes maiores dizerem que à frente do movimento, do quebra-quebra, de Salvador, está o MR-8, ou PC do B, isso é confissão de ignorância. Porque, mesmo que estivesse o MR-8, o PC do B, ou a facção que fosse, ele seria apenas o estopim. E estopim sem combustível, sem ter ao seu final um explosivo, não é perigoso.

A verdade é que aceso o estopim, ou ele morre por não ter material explosivo, ou explode, como aconteceu na Bahia, porque o povo está revoltado.

É balela ficarmos a afirmar que são as minorias que estão governando este País. E se a classe política não tomar as providências que tem que tomar, os movimentos paralelos, baseados no desespero, desespero honesto do povo brasileiro, passarão sobre nossas cabeças. Está o editorial da “Folha de São Paulo”, de domingo, a informar, daqui há pouco, não daqui a muito tempo, estar a burguesia, a pequena burguesia, estarão os burgueses, estarão aqueles que estão bem de vida, a apelarem aos soldados para fecharem Casas como esta. E o clima de democratização que tanto se fala, desaparecerá.

Por isso, Srs. Deputados, hoje, quando falamos em nome do nosso Partido, não o fazemos apenas como Oposição. Mas, repito, com a preocupação de que os fatos estão passando à margem de todos nós.

Sr. Presidente, por isso, nesta oportunidade, estamos pedindo a vinda do Sr. Secretário a esta Casa. Como pedimos aos Srs. Deputados de todos os partidos, para que, dentro de um senso brasileiro, dentro de um senso paranaense, possamos encontrar, mediar uma saída, pelo menos, das coisas paranaenses. E que isto vá mais além. Porque, enquanto o Sr. Secretário está preocupado — acredito que a sua preocupação, nos últimos anos, tenha sido em estudar as deficiências do Estatuto do Magistério — enquanto está preocupado em acertar as coisas do professor, enquanto que o professor de sua parte, está preocupado em saber como pagará o armazém, no fim do mês, como manterá seus filhos, enquanto isto ocorre e aí está o grave: ambos os lados não têm tido oportunidade e tempo para melhorar a educação paranaense e brasileira, que se encontra no caos. Por isto, Srs. Deputados, nos parece que o problema não é tão simples, de, se apoiar ou não se apoiar uma greve, de se dizer que está certo ou não está certo, mas se trata, neste momento, de cumprirmos com a nossa obrigação de representantes daquele pai que tem seu filho hoje fora da sala de aula, ou, daquele professor que não tem condições de sobreviver, ou, mesmo, daquele Secretário que tem labutado e não tem encontrado, talvez, a compreensão necessária. É isto, Sr. Presidente, que nesta oportunidade trazemos à Casa.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, Sr. Deputado, e quero manifestar a minha posição pessoal que, talvez, possa refletir, na continuidade, a posição da Liderança do Governo nesta Casa, pela presença do Secretário Edson Machado, nesta Assembléia. E por uma razão bastante elementar, meu caro Deputado Deni Schwartz: o Secretário da Educação jamais se negou a dialogar com os professores, e, sempre que solicitado compareceu a esta Assem-

bléia Legislativa, prontamente; recorde-me de um episódio que envolveu a Universidade Estadual de Londrina — o Secretário fora convidado às 14:30 horas da tarde e, às 18:00 horas aqui estava, para uma reunião que durou muitas horas. E como o Secretário, o Governo do Paraná, em síntese, o Governo jamais fechou as suas portas para o diálogo com os professores; quero dizer que votarei favoravelmente ao requerimento de Vossa Excelência e entendo que, um simples convite, da tribuna, de Vossa Excelência, já seria suficiente para que o Secretário Edson Machado aqui estivesse, porque, de março de 1979 até hoje, ilustre Deputado, foram atendidas vinte importantes reivindicações do Magistério do nosso Estado, e, dos dias de hoje até janeiro de 1982, nós teremos o atendimento de mais cinco reivindicações do Magistério do Paraná. E a conclusão a que se chega é que, efetivamente é humanamente impossível ao Governo, poder atender a todas as solicitações, com a pressa e talvez até mesmo, com a urgência que a situação requeira mas, dentro de uma realidade, é impossível, ao Governo, poder agir com esta pressa, pelas limitações financeiras. O que não se pode, no entanto, imaginar nem remotamente, é que, haja qualquer tipo de má vontade do Governo, para com o Magistério do Paraná, este Governo hoje está pagando ônus da herança que recebeu da política de pessoal, de Governos anteriores. Quero lembrar Vossa Excelência, acerca dos inativos — os Anais da Casa aí estão para comprovar — recentemente fazia um pronunciamento sobre esta matéria, o Deputado Fidelcino Tolentino e nós aparteávamos Sua Excelência e dizíamos, para informação à Casa, de que, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos elaborava os estudos para atender o pessoal inativo, depois de ter elaborado o Projeto de Reclassificação. E como a reclassificação do pessoal da ativa não atendia aos inativos, era necessária uma Mensagem nova, que atendesse especificamente aos aposentados do Paraná, e, esta Mensagem já foi recebida pelo Presidente desta Casa, na semana passada, mesmo que pela falta de funcionamento das Sessões Plenárias. Não se pode portanto admitir, que, a opinião pública do Paraná pense, imagine, ilusoriamente, que, o Governo não tem dado atenção a este problema, porque afinal de contas, um Governo que se propõe a ter uma plataforma eminentemente social, não pode dar as costas seja para o professor ou seja para o mais humilde dos servidores públicos do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado, foi para dialogarmos, exatamente, e até para tomarmos posição partidária em relação a esses acontecimentos, que estamos fazendo esta solicitação.

Mas como eu disse antes de ceder o aparte a Vossa Excelência, temos, também, de manter um diálogo para a melhoria da educação no nosso Estado. Já disse que, talvez, professores e Secretário, tenham passado maior tempo preocupados e a preocupação eu acredito, é grande, preocupados com o problema funcional.

O meio está absorvendo totalmente as atenções, sem estarem voltados aos fins.

Tenho em mãos, Sr. Deputado, e passarei às suas mãos posteriormente, até para as providências devidas, fatos que corriqueiramente estão acontecendo, não mais lá em Palmas, não mais lá em Marechal Cândido Rondon. Fatos que estão ocorrendo aqui nesta Capital e que professores, Secretarias são coniventes, porque professor privilegiado recebe privilégios. É o caso, por exemplo, e eu não citarei nomes por questão de ética, o fato de um diretor ter punido, dando faltas a um professor faltoso, um diretor nomeado pela Secretaria de Educação, portanto, pessoa da estrita confiança da Secretaria, mas que honestamente descontou em folha, participou as faltas do professor, e esse professor quando se sentiu punido no seu vencimento, não teve dúvidas. Um dia após a punição, um dia após receber os seus vencimentos reduzidos, che-

gou na escola, na direção, aqui no Jardim Social — portanto, não se trata de bairro algum pobre, no Jardim Social, chegou com a Portaria em mãos, do Sr. Secretário, transferindo-a para um outro estabelecimento. Não dava aula lá, foi punida, mas deve ser muito bem relacionada nos meios da Secretaria, porque imediatamente conseguiu uma outra portaria, uma ordem de serviço, datada de 02/09, portanto, no segundo semestre, um mês de aula, ela teve a sua transferência para um outro colégio onde, provavelmente, as suas faltas não serão punidas.

Por isso o problema da educação deve ser levado mais à frente, porque não é possível que alguns professores abnegados sejam punidos, sejam, na comparação com professores que têm privilégios como esta professora tem, cujo nome não revelarei ao senhor, porque atrás do professor, está uma sala de aula, no Jardim Social, Colégio Estadual Nossa Senhora Salete, estão alunos sem terem aulas, porque agora no segundo semestre, porque agora no período de aulas, não há mais possibilidade de colocar outra professora lá.

Quer a Secretaria e a denúncia é esta, que uma professora incapaz, que está inclusive afastada das funções, ministre aulas àqueles alunos que estão em plena Curitiba, sendo vítimas de um apadrinhamento político.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O reclamo dos Juízes paranaenses, notadamente os que militam no interior, a respeito da verdadeiramente dramática situação em que se encontram, com excesso de trabalho, remuneração inadequada e defasada, além de uma denunciada situação de submissão ante o Executivo, não pode ficar sem eco.

A classe que representa um dos poderes do Estado, que por isto deveria ter uma situação segura, com vencimentos compatíveis, com a necessária serenidade para realizar o seu papel fundamental na vida estadual, vive momentos difíceis. De há muito seus vencimentos têm sido desgastados pela corrosão inflacionária de um lado e, por outro, por uma política que parece conscientemente traçada para este fim.

O Poder Judiciário deveria ser totalmente independente num regime democrático, com a divisão dos Poderes que devem ser, segundo as normas constitucionais, independentes e harmônicos. Esta independência porém é muito difícil, por uma série de razões. Uma delas é o fato do Judiciário não poder ter suas próprias dotações, ficando assim sem condições de estabelecer suas tabelas, pagando justa e convenientemente ao trabalho de seus membros. Nesta dependência, o Juiz acaba numa situação das mais difíceis, até chegar ao ponto que se atingiu agora no Paraná, com os Juízes sendo obrigados a levantar sua voz e reclamar.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que em nome de nossa bancada, do PMDB, voltamos à tribuna para aqui proferir a leitura do manifesto elaborado pelos magistrados paranaenses, em um recente encontro ocorrido na cidade de Londrina, quando presentes estavam mais de 45 juízes representando as mais diferentes Comarcas do interior do Estado do Paraná.

O manifesto é o seguinte:

“O Estado de Direito, esteio do sistema democrático, repousa na funcional divisão tripartida do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Estes devem manter, entre si, harmonia e independência, aliás como consagrado na Constituição Federal. No entanto, por razões insustentáveis, tem predomi-

minado a centralização no Executivo, que olvida as necessidades básicas para o desenvolvimento concreto das atividades deferidas, constitucional e organicamente, ao Legislativo e ao Judiciário, culminando este por sofrer, de forma mais incisiva, a dependência que embaraça a sua própria realização.

Faltando-lhe recursos materiais que propiciem a prestação jurisdicional efetiva e rápida, passaram as dotações orçamentárias a se inserirem na rubrica de gastos, quando de investimentos se tratam. Afastado o Judiciário de sua plena atuação, pelo estabelecimento dessas restrições, que de há muito passaram a integrar o dia-a-dia da vida nacional, o próprio regime democrático se ressentiu desse anacronismo, tanto que o reclamo correntio de devolução de suas eficazes prerrogativas é aspiração de todos que a ele precisam acorrer.

Sem dúvida, é pertinente a manifestação de Thouret, no sentido de que não existe poder que aja mais direta e habitualmente sobre os cidadãos do que o Poder Judiciário, devendo ser seus depositários aqueles sobre cuja escolha a Nação tem o maior interesse em velar.

Embora sobremaneira conhecidas e aceitas tais premissas, continua o Judiciário tolhido na iniciativa de promover e concretizar sua própria organização e divisão para que atenda, eficazmente, às reais necessidades da comunidade, como continuam os Juízes reduzidos a insustentável situação, seja em decorrência da sobrecarga de serviços judiciários que lhes impõe tal conjuntura, e que excedem aos padrões usualmente admitidos para sua elevada atividade, seja por força das adversas circunstâncias de ordem econômica, conseqüentes da carência de autonomia administrativa e financeira.

Se é verdade que o melhor ordenamento jurídico de nada adiantaria se aplicado por Juízes que não fossem independentes e cômicos de suas severas responsabilidades, menos verdade não é que a época atual tem reclamado, mais intensamente, o exercício pleno e independente da atividade jurisdicional.

Apesar das condições adversas em que se encontra a classe, o Poder Judiciário do Paraná tem cumprido meritoriamente seus deveres constitucionais, mas outro tanto deve ser exigido do Executivo em relação às suas obrigações para com a Magistratura. É de ser ressaltado, ainda, o fato de se encontrarem, por distorção orgânica, atribuições próprias do Judiciário indevidamente cometidas ao Executivo.

Por isso, o cumprimento do ditame constitucional de irredutibilidade de vencimentos é exigência da classe, como anseio desta é a plena devolução da autonomia do Judiciário e a futura correção da mencionada distorção do sistema.

Relegados, porém, os Magistrados à injustificável situação de, periodicamente, bater às portas do Executivo para a fixação de condições elementares que propiciem o pleno e independente exercício do seu munus, e não tendo encontrado eco as solicitações anteriormente externadas, reuniram-se os Magistrados titulares das diversas Comarcas do Estado, abaixo referidas, com o intuito de examinar e tomar posição frente ao impasse.

Sem o propósito de rebeldia para com a Associação dos Magistrados do Paraná, muito menos de manifestar desacordo com a alta cúpula diretiva do Poder Judiciário, a reunião realizada em Londrina, nesta data, teve a preocupação maior de esclarecer à comunidade paranaense a inexistência de dissídio interno.

Os participantes desse conclave, contudo, não podem deixar de:

1) — Denunciar a aludida distorção inaceitável, propagando para que seja devolvida a plena e concreta autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, como pres-

suposto inafastável à consecução dos seus objetivos constitucionais.

2) — Reivindicar condições econômicas compatíveis com a sua função, mediante o estabelecimento de vencimentos para a Magistratura, tomando-se por parâmetro a média dos vencimentos fixados pelos demais Estados da Região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sujeitos ao reajustamentos periodicamente concedidos ao funcionalismo público e sem desprezo de aplicação de índices de correção para fazer frente à espiral inflacionária, para que não seja violado o cânon constitucional da irredutibilidade.

3) — Exigir que a arrecadação proveniente da Taxa Judiciária seja destinada efetivamente ao Poder Judiciário, que a aplicará, preferencialmente, na construção de residências para os Juízes do interior do Estado, ou para o pagamento do nominado auxílio moradia, segundo expressamente prevê a Lei Orgânica da Magistratura.

4) — Recomendar a todos os colegas Magistrados que, ao efetuarem os depósitos judiciais, dêem preferência à ordem dos estabelecimentos referidos no art. 666, inc. I, do Código de Processo Civil. Para tanto, que de imediato se encaminhem a tais estabelecimentos os novos depósitos judiciais, e se lhes transferirem os já existentes tão logo se inicie o próximo trimestre.

5) — Recomendar a todos os colegas Magistrados o estrito cumprimento do art. 135, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, visto que a Magistratura não está integrada no sistema de "tempo integral e dedicação exclusiva". Esta recomendação, contudo, não prejudica o permanente atendimento aos Advogados.

6) — Propor à Associação dos Magistrados do Paraná a imediata implantação de sub-sedes regionais em caráter experimental, e futura implantação definitiva após necessária modificação de seus Estatutos.

7) — Recomendar aos colegas que têm jurisdição eleitoral a imediata adoção de medidas tendentes a manter em severa e permanente correição os serviços eleitorais, com as providências sugeridas em plenário.

Reconhecendo, finalmente, os Juízes que a Comissão eleita na última assembléia geral da Associação dos Magistrados do Paraná somente chegou a resultado insatisfatório em decorrência da lamentável e flagrante insensibilidade do seu interlocutor, e proclamando a inaceitabilidade desse resultado, confiam que todos os demais colegas do Estado adotarão as medidas recomendadas no presente e, ainda, as demais sugeridas na reunião desta data, para que seja possível a correção das distorções atuais.

Londrina, 5 de setembro de 1981.

Participaram Juízes das seguintes Comarcas: Londrina (11), Cornélio Procopio (3), Campo Mourão (6), Cianorte (4), Umuarama (3), Cruzeiro do Oeste (2), Maringá (5), Apucarana (2), Arapongas (2), Coioerê (2), Sertãozinho, Faxinal, Santa Mariana, Peabiru, Carlópolis, Porecatu, Engenheiro Beltrão, Ibiporã, Barboza Ferraz, Cambé, Rolândia, Nova Fátima, Primeiro de Maio, Assaí, Bandeirantes, Marilândia do Sul, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz, Colorado, São Jerônimo da Serra, Joaquim Távora, Jacarezinho, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Jaguariaíva, Xambrê, Mandaguari, Mandaguçu, Alto Piquiri, Santo Antônio da Platina, Bela Vista do Paraíso, Pérola do Oeste e Curitiba, doze juízes."

São estes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ou são estas as reivindicações que a Magistratura do Paraná, através de Assembléia Geral realizada em Londrina, no último dia 5, decidiu encaminhar ao Governo do Estado, diante da difícil situação porque passa toda a sociedade paranaense.

Isto é o reflexo, Sr. Presidente, da crise social porque passa não só o Paraná, como de resto, todo o Brasil. Para a Magistratura, para os Magistrados, os Juízes de Direito que

percebem um dos salários mais elevados dentro da hierarquia salarial do servidor público estadual, virem a público e em assembléia, reclamar melhores condições salariais é porque as coisas, realmente, não dão mais para suportar.

Imaginem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a quantas não andam a situação do pequeno servidor; a quantas não andam a situação dos aposentados do Estado do Paraná.

É realmente um momento de extrema reflexão. O momento é de grande preocupação. Hoje, são os professores que iniciam movimento paredista, reivindicando melhorias salariais; hoje, são os magistrados, e amanhã, Sr. Presidente, quem é que pode imaginar quais são, ou que tipo de classe social dentro da hierarquia funcional do Estado sairá a público, reivindicando melhoria salarial?

A grande verdade é que as coisas estão negras e difíceis, e estão em condições de insuportabilidade.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

O assunto que o nobre Deputado Tavares levanta da Tribuna, realmente é muito sério. Nós tivemos contatos com os juízes, em Londrina, e, na verdade, o Poder Judiciário quer criar a independência que deveria ter. Porque hoje, o Executivo tem o judiciário como uma extensão.

E o Judiciário ainda é um Poder que o povo respeita, mas, não pode ser atrelado. E eu tenho uma preocupação, nobre Deputado José Tavares de que, os juízes ganhando uma miséria, os funcionários idem, já nós teremos a corrupção grassando também no Judiciário, que seria realmente lastimável, em função desses baixos salários.

Outro detalhe é que os Juízes eleitorais também querem acabar com os privilégios dos comandos políticos, principalmente do PDS, no alistamento eleitoral, que não usam o cartório. Eles levam o material, preenchem nas vilas, se o cidadão não sabe ler ou não, muito bem, porque eles falsificam as assinaturas, e os juízes eleitorais querem acabar com isso. A Polícia Federal apreendeu mais de 300 formulários numa vila de Londrina, onde era feito alistamento eleitoral, inclusive envolvendo Deputados do Governo.

Nós damos total apoio para os juízes eleitorais, nessa sua movimentação, e voltaremos novamente à tribuna, para trazer mais detalhes a esse respeito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Perfeito. Para concluir, Sr. Presidente, quero apenas registrar que a nossa Bancada está solidária, mais uma vez, com este movimento iniciado pela Magistratura do Paraná, buscando melhoria salarial e independência na consecução da distribuição da prestação jurisdicional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

No horário do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de solicitar de Vossa Excelência, Sr. Presidente, o encaminhamento a todos os Srs. Deputados, com assento nesta Casa, do documento encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, aos professores do Paraná, esclarecendo e informando detalhadamente,

todas as providências que já foram adotadas pelo Governo a partir de março de 1979 e as que estão previstas até janeiro de 1982.

Devo também, Sr. Presidente, encaminhar à Mesa, um requerimento que difere não na essência, mas talvez quanto à forma do requerimento do ilustre Deputado Deni Schwartz. Estamos solicitando a presença do Secretário da Educação na Comissão de Educação, desta Casa. Na próxima terça-feira, 22 do corrente, às 17 horas, para prestar os esclarecimentos que a Casa julgar necessários. Inclusive, por uma questão de coerência, porque quando aqui estive, neste plenário, o Sr. Presidente da TELEPAR, levantamos a questão e dissemos que o local adequado para uma palestra como aquela era, realmente, a Comissão de Educação. E houve, na ocasião, protestos da Oposição, porque o horário da sessão plenária era tomado por uma exposição feita aqui, nesta Casa.

Então, por uma questão de coerência, optamos por esta forma, Sr. Presidente.

Devo também dizer, antecipadamente, que tenho a convicção absoluta, de que o Secretário Edson Machado aqui comparecerá para prestar os esclarecimentos necessários.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para esclarecer, se Vossa Excelência permite, que quando da presença do Dr. Gilberto Garbi, nesta Casa, este Deputado foi um dos que, inclusive, protestou pela forma como ele aqui se colocou.

Porque, ele não foi convidado. Ele apenas aqui compareceu.

Foi por essa razão que houve protesto de nossa parte. O SR. AIRTON CORDEIRO — É equívoco de Vossa Excelência, porque, o convite foi da Presidência e a Presidência representa este Poder.

Vossa Excelência está equivocado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A imprensa tem destacado, nesta última quinzena, fatos que envolvem a área da Educação e que preocupam todos os que buscam soluções adequadas para os problemas que enfrentamos, no setor.

Refiro-me à greve do Magistério paranaense. Apesar do encaminhamento harmonioso conseguido pelo Governo do Estado, do qual frutificou a criação da Comissão Paritária que, por sua vez, cumpre a sua missão; apesar do diálogo aberto, proposto pelo Governador Ney Braga, evidenciando a completa disposição de Sua Excelência em atender aos professores “até o limite das possibilidades do Estado”, conforme determinou aos seus Secretários que tratam mais diretamente do problema: apesar dos avanços concretos recebidos pelos professores paranaenses, no atendimento gradual e inteiramente realista de suas reivindicações, em uma soma de benefícios jamais alcançada, em tão pouco tempo, pelo Magistério do Paraná; apesar da inegável disposição do Governo e dos mestres em atingir uma situação de equilíbrio que se traduza no competente atendimento dessa área social tão importante como é a Educação; apesar disso tudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos diante de um possível impasse que redundará na maléfica e repetitiva paralisação de aulas que a sociedade paranaense poderá novamente enfrentar.

O direito à greve, mesmo em setores importantes e primordiais para o equilíbrio social, é plenamente reconhecido. No Brasil, à exceção dos setores considerados como atividades essenciais e no serviço público, a greve é garantida pela própria Constituição. Entretanto, é preciso deixar claro que a greve se utiliza como um último recurso, após esgotados todos os meios conciliatórios.

E é também clara a posição da lei maior brasileira, se levarmos em consideração que o funcionalismo público — e nele se incluem os professores estaduais — é pago pela comuni-

dade para a prestação de determinados serviços. Além do mais, também é visível o prejuízo que a paralisação de qualquer serviço público, mormente na área educacional, onde os educandos e suas famílias são diretamente prejudicados.

Em uma visão pessoal, posso até admitir que, diante de uma flagrante injustiça, possa o servidor público ter o direito de greve garantido. Mas há que se ter em mente que na sociedade moderna há sempre instâncias legais a se recorrer, antes de apelar para posicionamentos extremos, que impedem o diálogo e levam as discussões a tensões não desejadas.

No caso paranaense, porém, o que se vê é exatamente o contrário: vemos o Governo atender, com critério e justiça, a praticamente todas as reivindicações, não fugindo ao diálogo, depositando sua confiança em uma Comissão Paritária, fazendo, enfim, todo o possível para atingir, na medida que o permitem os limites orçamentários e legais, os mesmos propósitos dos professores: uma situação funcional e salarial condigna, que se quer, inclusive, para todas as demais classes funcionais.

Por outro lado, os atuais dirigentes da entidade da Classe, — que, em primeiríssima instância, deveriam lutar para garantir o diálogo permanente, em alto nível, como têm obrigação de manter as autoridades e os professores — demonstram que a quebra do diálogo e, em consequência, do bom senso, é fato iminente, mesmo que o Governo Estadual decida, como vem decidindo, pelo aperfeiçoamento das relações de trabalho da classe do Magistério.

Fato ainda mais preocupante ocorre com a situação dos funcionários inativos, entre os quais encontramos, evidentemente, muitos professores. Não obstante estar o Governador Ney Braga concedendo benefícios nunca antes conquistados pelos inativos de nosso Estado, firmando uma posição clara de melhoria salarial para todos e mesmo diante de consultas abertas e objetivas a representantes dos diretamente interessados, constata-se a determinação de utilizar, também, recursos incompatíveis com o diálogo, como se os mesmos pudessem ser a causa determinante da concessão governamental.

A constituição de uma comissão paritária que, recentemente, entregou um substancioso relatório da situação funcional do Magistério paranaense, é prova mais que concreta de um diálogo horizontal, em que o Governo se coloca, através de seus representantes, em igualdade de disposição para solucionar os problemas que interessam a ambas as partes. Mas, subitamente, desconhecendo esse clima de convivência cordial que foi alcançado, surge, de uma decisão unilateral, outra comissão superposta àquela, desta vez integrada por representantes estudantis, que somam às reivindicações dos professores as suas próprias, que variam desde auxílios para a realização de congressos a medidas que extrapolam as prerrogativas da autoridade estadual, como é o caso do reconhecimento das entidades estudantis não previstas na lei própria.

Torna-se evidente que a alguém, ou a algumas pessoas, está interessando a quebra do diálogo. A paralisação de aulas não está sendo proposta como fórmula última para a classe do Magistério alcançar seus benefícios, pois é inquestionável a disposição governamental em concedê-los pelas vias da conversação normal. A greve, como fato de comoção social, somente interessa àqueles, felizmente poucos, que pretendem o desvio dos interesses diretos dos professores para fatores de contestação e de ascensão política. A interrupção das aulas, com todos os aspectos negativos que trazem aos estudantes, às famílias e à comunidade, como um todo, só pode interessar a quem coloca interesses pessoais à frente de interesses de indivíduos ou de grupos.

Há uma grande contradição entre a imobilidade governamental apregoada por representantes da classe e a extensa relação de benefícios concedidos pela atual administração, a partir de março de 1979. É preciso, pois, que os professores de

nosso Estado sejam informados com lisura e com imparcialidade, a fim de que eles possam medir a extensão das suas conquistas, evitando-se a perturbação de uma paz que todos queremos e na qual temos o clima necessário para o aprimoramento permanente das relações de trabalho de nossos mestres e de todos os funcionários da administração estadual.

Sabemos que, em documento que está sendo enviado a todos os professores do Paraná, o Secretário da Educação reafirma a disposição de um diálogo permanente. Mas lembra, com muito realismo, com muita objetividade e com muita sensibilidade, a responsabilidade que têm os que trabalham na área educacional em manter esse clima de entendimento, pois os reflexos de uma paralisação de aulas sobre a comunidade são graves. E não será essa medida extrema que conduzirá a resultados positivos, mas somente a continuidade do entendimento.

É preciso, portanto, que aqueles que têm no diálogo, na comunicação interpessoal, no entendimento permanente as suas principais ferramentas de trabalho, conversem e lutem, com suas melhores argumentações, para conservar esse equilíbrio de relações, este sim uma conquista real.

Por outro lado, é preciso que todas as pessoas que têm responsabilidade sobre a condução dos destinos administrativos e políticos de nosso Estado — e aqui coloco também nossos ilustres colegas da oposição — não cedam lugar à fácil tentação de comover massas, afastando-as da realidade de suas conquistas em direção a promessas inalcançáveis. Hoje podemos fazer muito pelos professores, e estão em nossas mãos várias medidas encaminhadas pelo Executivo para apreciação desta Casa. Mas podemos, se levados pela paixão, transformarmo-nos em “pregoeiros do impossível”, como bem lembrou o Governador Ney Braga em recente pronunciamento.

O Paraná tem muitas responsabilidades perante esta Nação. Agora, mais que nunca, também a nós compete solucionar nossos problemas sociais sem apelar para métodos extremos, que só trazem, em seu bojo, prejuízos para toda a população.”

E eu tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que aqui comparecendo na próxima terça-feira, o Secretário Edson Machado vai oferecer outros subsídios e prestar todas as demais informações.

Consulto a Vossa Excelência se disponho de tempo para poder comunicar à Casa oralmente desta tribuna, as providências que o Governo do Paraná adotou a partir de 79 até os dias de hoje, para atender à nobre classe dos docentes paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre orador que o tempo que Vossa Excelência tinha para usar da tribuna, está esgotado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Reitero então, Senhor Presidente, a solicitação para que Vossa Excelência faça chegar oficialmente a cada um dos Senhores Deputados, esta comunicação do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que cria o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados, uma vez que não temos número para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e o Senhor Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberações.

Em votação a emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 196/79. — Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor João Calisto de Medeiros. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/81, de autoria do Deputado WALDYR PUGLIESI, que declara de utilidade pública o “Instituto Educacional Evangélico”, entidade de caráter filantrópico, com sede em Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo, doar área que especifica à FUNAI, para construção de sede própria em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL a C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo Substitutivo Geral.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a “Associação FAMEPAR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 39/81, (Mens. Govern. n.º 43/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Indústria e Comércio e os Municípios de Medianeira e Itapejara D'Oeste objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura industrial nos referidos municípios. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 42/81, (Mens. Govern. n.º 44/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão na região do Noroeste do Paraná. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 43/81, (Mens. Govern. n.º 45/81), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metro-

portana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução de obras no referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 47/81, (Mens. Govern. n.º 49/81), que aprova os Convênios numerados de 28/80 a 40/80, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Coordenação da Região Metropolitana, com os Municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC. — **Aprovado.**

O SR PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Regina Maria Moreira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Augusta Carneiro Lopes, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Guerreiro, ocorrido na cidade de São Pedro do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Pudell, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Albino Franciosi, ocorrido em Itaipara do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdomiro Pinto de Souza, ocorrido no Município de Rio Branco do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Castagnoli, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Orlando Schiavon, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helena de Quadros, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edinor de Castro, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 40/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, que solicita a presença com urgência, do Sr. Secretário da Educação a fim de prestar informações sobre a situação do magistério.

A Mesa informa ao nobre Deputado que de acordo com o artigo 103, § 1.º, não será admitida preferência de matéria em discussão, sobre proposição em votação, razão porque a Mesa deixa de receber o requerimento.

O SR NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Tem razão de ser, na medida em que a discussão da matéria está se desenvolvendo no dia de hoje, e só peço a Vossa Excelência que exatamente coloque nas prioridades para que esse requerimento tenha análise e aprovação ou não deste Plenário ou hoje ou amanhã. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE — A Mesa informa que o requerimento será votado após apreciação dos requerimentos que estão com sua discussão encerrada. Daí em diante, passará a ter preferência de votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade a Senhora Dirce Gimenes, brasileira, que pleiteia junto as autoridades paraguaias, a liberdade de seu marido, preso arbitrariamente em nosso País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação do Movimento Contra a Carestia de Curitiba, ao Sr. Presidente da República. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Doutor Raimundo Faoro, ex-Presidente da OAB e Presidente da Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Uruguaio, hipotecando nossa solidariedade ao povo uruguaio no momento representado pela posse do General Gregório Alvarez. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que seja modificada a Instrução SEFI n.º 697, de 5 de maio de 1981, no que se refere à adaptação de máquinas registradoras, por empresas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo que o mesmo determine a presença nesta Casa, do Sr. Presidente da SANEPAR para explicações sobre as atividades do referido órgão. — **Rejeitado.**

O SR NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

2 Srs. Deputados aprovam, 17 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 37, 38, 39/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 81/80, 170/80, 43, 57, 62, 65, 70 e 71/81.

Levanta-se a sessão.